



A HISTÓRIA DO ÊXODO

Ver jogadores deixando o país quase diariamente virou cena comum para os torcedores brasileiros já a partir a década de 1990, em especial após a abertura do mercado europeu. No entanto, o Brasil já exporta jogadores há mais de setenta anos e não exclusivamente para praças badaladas, como Itália e Espanha, ou países vizinhos, como a Argentina, onde o legendário zagueiro Domingos da Guia atuou na década de 1940, pelo Boca Juniors. A Itália, entretanto, foi o destino principal da leva inicial de atletas que se beneficiaram da lei que permitia a importação de *oriundi* – indivíduos descendentes de italianos. Assim Filó acabou na seleção campeã mundial de 1934 e uma série de outros jogadores brasileiros reforçou os times daquele país ao longo dos anos

seguintes, a ponto de, entre 1955 e 1974, haver representantes verde-e-amarelos em 12 conquistas do Scudetto, nome dado ao título nacional. A presença brasileira criou uma crise no futebol italiano por conta dos protestos dos jogadores locais contra a vinda de estrangeiros, forçando a Federação Italiana de Futebol a proibir a contratação de jogadores não-italianos. A medida vigorou entre 1964 e 1980 e foi revertida por força de um escândalo de manipulação de resultados que pôs a credibilidade de clubes e atletas duramente em xeque.

Na Espanha, já na década de 1930 e cerca de sessenta anos antes de Ronaldo e Ronaldinho levantarem as torcidas nos estádios de Madri e de Barcelona, havia brasileiros em campo. Nos anos 1950, Evaristo de Macedo tornou-se um dos primeiros casos de sucesso de importação de nossos jogadores. Alguns anos depois, a chegada de Didi marcou uma pioneira contratação de impacto, ainda que o estilo de jogo cadenciado do brasileiro acabasse tornando curta e frustrante sua passagem pelo poderoso Real Madrid – ficou famosa a “enquadrada” que o meia levou dos companheiros de seleção, no Mundial de 1962, para que não perdesse a cabeça ao ter do outro lado do campo o atacante Di Stéfano, um de seus desafetos no Real, na partida entre Brasil e Espanha.

Mas quem foi o primeiro brasileiro a jogar no exterior? A pergunta é difícil de responder, pois não existem arquivos do início do século XX e as transferências eram feitas informalmente. O radialista Luiz Mendes, há mais de meio século trabalhando como comentarista esportivo, tem uma versão interessante que deve ser levada em conta.

– Na minha opinião, o primeiro brasileiro a jogar no exterior foi o paulista Charles Miller, o mesmo que trouxe

o futebol para o Brasil. Miller estudou em Southampton, na Inglaterra, e voltou com duas bolas embaixo do braço, como duas sementes para lançar o futebol em solo verde-e-amarelo. E você vê que o futebol fertilizou no país, pois as sementes foram lançadas em terra muito fecunda – diz Mendes.

Uma reportagem publicada pelo Jornal do Brasil, em setembro de 1974, já chamava a atenção para o interesse de mercados menos convencionais por jogadores brasileiros, naquela época atuando em Hong Kong e nos EUA, antes mesmo da triunfal chegada de Pelé ao Cosmos, em 1977, quando os americanos tentaram alavancar no país o futebol jogado com os pés.

O fechamento do mercado italiano, cujos clubes eram os de maior poder aquisitivo no mundo, ajudou a inibir as transferências, mas a maioria dos ídolos brasileiros ainda não se mostrava muito interessada em deixar o país, até porque a opção por um contrato com uma equipe estrangeira quase sempre era recebida com rancor por dirigentes, público e mídia. E, fatalmente, refletia-se em convocações para a seleção. Que o diga José Altafini, o Mazzola, que depois de participar da conquista da Copa de 1958, ao lado de Pelé, Garrincha & cia., acertou com o Milan e, por medo de nunca mais disputar uma Copa do Mundo, também disse sim para uma proposta de dupla cidadania que lhe permitiria vestir a famosa camisa azul-escura. Ou um jogador como Julinho, um infernal ponta-direita que disputou a Copa de 1954, mas que por anos ficou longe da seleção por conta de uma transferência para a Fiorentina, no ano seguinte. Só retornou ao time em 1959, ainda assim como reserva de Garrincha. Jair da Costa foi campeão italiano quatro vezes com a Inter de

Milão, sendo até imortalizado no museu de cera do clube, mas jamais voltou a disputar um Mundial com a camisa verde-e-amarela depois de 1962, quando pertencia à Portuguesa de Desportos, de São Paulo.

A primeira convocação de um jogador brasileiro baseado no exterior só ocorreu em 1960, quando Vavá, o Leão da Copa de 1958, que estava no Atlético de Madrid, fez o segundo gol da seleção na vitória por 4 a 0 num amistoso contra o Chile, no Maracanã. Ainda assim, ele estava de volta ao Brasil para a campanha do bicampeonato no Chile, na qual nenhum dos jogadores envolvidos era “estrangeiro”. Na malfadada campanha de 1966, a seleção tinha, bem no início da preparação, Jair e Amarildo, este, um dos heróis de 1962, então no Milan. Nenhum dos dois chegou à Inglaterra. O tabu dos estrangeiros só terminou em 1982, quando Falcão (Roma) e Edinho (Udinese) fizeram parte da equipe que disputou a Copa da Espanha. Curiosamente, apesar de uma dolorida derrota para a Itália, o torneio serviu de vitrine para uma geração de jogadores. Toninho Cerezo foi para a Roma, em 1983, um ano antes de Júnior trocar o Flamengo pelo Torino e Sócrates ser contratado pela Fiorentina, também da Itália.

Ainda assim, apenas Falcão era titular. No Mundial de 1986, os “estrangeiros” na equipe principal eram apenas dois: Júnior e Edinho. Quatro anos mais tarde, porém, a turma do exterior virou maioria na Copa da Itália, com 12 dos 22 convocados. Oito deles estavam entre os titulares na partida em que o Brasil foi eliminado pela Argentina, por 1 a 0. A mesma proporção prevaleceu em 1998 e 2002.

– Não acredito que a ausência de estrangeiros ocorresse apenas pelo lado dos dirigentes brasileiros. Pelo menos no

meu caso, a ida para a Roma não me tirou da seleção. É preciso lembrar que os clubes internacionais nunca colaboraram na liberação de jogadores para a seleção, basta lembrar que eu não pude disputar as Eliminatórias da Copa de 1982 e estava prestes a ser o capitão da seleção – recorda Falcão.

Por sinal, o ex-craque acabou transformando-se num lobista ferrenho por maiores poderes para as seleções quando assumiu o cargo de técnico do Brasil, em 1990. Com o aval do presidente da CBF, Ricardo Teixeira, Falcão dedicou-se a um jogo de cabo-de-guerra com os cartolas dos clubes europeus que muita gente no mundo do futebol considerou seu trabalho determinante para a decisão da Fifa de estipular um número específico de partidas para as quais os jogadores devem ser obrigatoriamente liberados.

– Conversei uma vez com o Parreira e ele me agradeceu porque a situação ficou muito mais fácil para os treinadores que me sucederam – completa o comentarista e colunista.

Mas as brigas entre clubes e confederações conseguiram limitar às competições oficiais as apresentações da seleção brasileira em território nacional, o que impede qualquer treinador da seleção de repetir experiências como a realizada por Falcão em sua passagem pelo comando da equipe: nos amistosos disputados no Brasil, atletas ainda com base doméstica tiveram oportunidade de jogar e pelo menos três deles, de certa forma, firmaram-se na equipe por esse esquema: Márcio Santos, Leonardo e Mauro Silva.

Restrições legais e profissionais não foram as únicas razões para explicar o porquê de um fluxo tímido de jogadores para o exterior em comparação com os números atuais: até meados da década de 1980, atuar em clubes brasileiros não

era mau negócio pelo simples fato de que as disparidades financeiras e estruturais em relação às equipes européias ainda não se mostravam tão acentuadas. Na prática, isso significava salários não tão achatados e a chance de uma independência financeira sem os sacrifícios exigidos por uma mudança de país, especialmente os pessoais, como a adaptação da família. Mas pouco se podia fazer contra a fragilidade econômica do Brasil e a evolução comercial do futebol no Velho Mundo, que resultou numa injeção sem precedentes de recursos no esporte a partir dos anos 1990, aumentando o poder de fogo dos clubes. Uma conta bancária recheada com moeda forte deixou de ser um privilégio ao alcance apenas de grandes estrelas, ainda mais depois da profissionalização do futebol japonês, cuja demanda por atletas brasileiros, embora sujeita a altos e baixos, tem-se mantido fiel nos últimos dois anos – o país foi o destino de quarenta jogadores em 2005, e 35, em 2004.

O reflexo das novas circunstâncias teve um impacto imediato na corrida para o aeroporto. Em 1992, foram 205 saídas, número que, impulsionado pela Lei Bosman, aumentou para 556, em 1997, e 736, em 2001. Houve uma queda para 593 em 2002, motivada pelos efeitos de um período de recessão no futebol europeu e no japonês, mas, em 2003, o número atingiu a marca recorde de 858 atletas.